



ESTADO E RECONFIGURAÇÃO DO CAPITAL: o público e o privado em questão

Antonio Sousa Alves¹

RESUMO:

O texto faz uma análise do Estado capitalista burguês e das reconfigurações do capital. Assim, o mesmo teve por objetivo analisar as configurações do Estado e suas implicações para a educação, em especial, ao que concerne sobre a relação entre o público e o privado. Para tanto, traz algumas contribuições conceituais acerca do Estado liberal, Estado de Bem-Estar Social e Estado neoliberal. Discorremos, também, acerca da redefinição do papel do Estado na década de 1990 e da política estabelecida para a educação básica, apontando que a relação público/privado nesse contexto passa por novas configurações e implicações.

Palavras-chave: Estado, Neoliberalismo, Educação, relação público/privado.

ABSTRACT:

The text analyzes the bourgeois capitalist State and reconfigurations of capital. Thus, it aimed to examine the settings of the State and its implications for education, in particular, the relation between the public and private sectors. To this end, it brings some conceptual contributions about the Liberal State, State of Social Welfare and Neoliberal State. It also discusses about the redefining the role of the State in the 1990s and its policy established for basic education, pointing out that the public / private relationship in this context undergoes new configurations and implications.

Keywords: State, Neoliberalism, Education, public / private relationship.

¹ Estudante Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: asalves2@gmail.com



I – INTRODUÇÃO

As políticas públicas, de forma particular, as que orientam as determinações educacionais a partir da década de 1990 traduzem uma nova reconfiguração da relação entre o público e o privado. Assim, as políticas educacionais não são somente determinadas pelas mudanças que ocorrem na redefinição do papel do Estado, mas são partes dessa mudança. No cenário brasileiro a atual política de educação representa os ideais do projeto de Reforma do Estado que tem por diagnóstico a perspectiva proposta pelo neoliberalismo e partilhado pela Terceira Via de que os a crise estrutural e financeira se encontra no Estado (PERONI, 2005).

Essa perspectiva de política educacional desencadeada a partir da década de 1990 com a Reforma do aparelho do Estado se materializou em um documento síntese denominado Plano Diretor da Reforma do Estado – PDRAE implementado no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC. A Reforma do Estado cria um novo paradigma de gestão pública que impõe novos desdobramentos para a gestão educacional além de ter como referência princípios de gestão eficiente sob a ótica de otimização de resultados e da racionalização de recursos.

A justificativa apontada pelo então ministro Bresser Pereira para a Reforma do Estado tem como premissa a crise fiscal oriunda do Estado interventor. No entender de Peroni (2007) mais do que uma crise fiscal a década de 1990 apontava uma expressiva crise da estrutura do capital, de forma que a crise fiscal representou uma estratégia utilizada pelo governo para legitimar a Reforma do Estado.

Assim, seguindo a lógica do ideário neoliberal o PDRAE traz um receituário de superação da crise do Estado, a citar: a privatização, a publicização e a terceirização. A privatização consiste na transferência para o setor privado das atividades lucrativas. A publicização consiste na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta. Já a terceirização é o processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio (BRESSER PEREIRA, 1997).

A reforma promovida pelo PDRAE aponta para um sistema de administração gerencial através de um processo de controle social e da constituição do quase-mercado. A gestão gerencial entendida como um modelo de gestão que



favorece o pragmatismo dos resultados tendo por base uma concepção empresarial pode apontar resultados mais eficientes na educação pública. Assim, os princípios da gestão gerencial invadem a esfera do público a partir das parcerias público/privado.

Com base nesse contexto de reconfiguração e de Reforma do Estado é que o Terceiro Setor é estimulado a participação na execução de políticas sociais. Assim, o Terceiro Setor passa a ser um agente de promoção e manutenção do bem estar social. Para Peroni (2006) o Terceiro Setor vem assumindo poder econômico/político e resumindo a ação do Estado diante das políticas públicas.

O Terceiro Setor modifica a questão social quando repassa a responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, torna as políticas sociais focalizadas atendendo a grupos e ainda, promove uma descentralização administrativa que transfere competências sem os recursos necessários para sua execução (MONTÃO, 2005).

Nesse sentido o presente artigo analisa as reconfigurações do Estado capitalista e as múltiplas determinações desse processo para a relação entre o público e o privado na educação, em especial, a partir das determinações da Reforma do Aparelho do Estado na década de 1990. O texto está estruturado em três partes a seções. A primeira traz argumentos que substanciam a temática proposta e sua intencionalidade. A segunda discute as metamorfoses do Estado capitalista e suas implicações para a educação e a terceira analisa as configurações que o público-privado tomou em relação à educação a partir da década de 1990.

II - ESTADO: do liberalismo ao neoliberalismo

O Estado ao longo da história vai se reestruturando e admitindo sempre a forma que convém ao sistema de produção capitalista. Para manutenção das estruturas da sociedade em que o capital é a grande máquina de desenvolvimento da economia e de definição da estrutura social.

Nesse entendimento, a estruturação produtiva do capitalismo encontra sua afirmação em todo o conjunto de elementos da estrutura social. Dessa forma,



Na ótica do capital, o binômio industrialismo/democracia se traduz na necessidade de sua reprodução ampliada e na manutenção das relações sociais de produção. Assim, o capital requer da escola a formação de técnicos e de dirigentes voltados para a produção por ele controlada. Requer, igualmente a construção de referências comuns no que se refere a sistemas de valores de conduta, dentro de uma lógica utilitarista da sociedade capitalista (NEVES, 2000, p. 25).

Quanto ao conceito de Estado Gramsci (2007, p. 254-255) apresenta uma perspectiva de aparelho de governo e de hegemonia da sociedade civil, e afirma que por “Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil”.

Neste contexto, Mészáros (2009), à luz das contribuições filosóficas e políticas de Marx, na obra Para Além do Capital, traz uma análise crítica da sociedade capitalista e de sua identidade com o Estado moderno. Ele destaca a dinâmica viva que alimenta o capitalismo e sua relação com o Estado a partir da auto reprodução do capital em um metabolismo socioeconômico, político e ideológico que se configura em um Estado moderno capitalista.

O Estado moderno expressa em sua organização estrutural as bases materiais e ideológicas que possibilitam a manutenção e reorganização do sistema capitalista. Dessa forma, a base material do capital se mantém viva pela interferência do Estado moderno. Este se apresenta como organismo que serve às determinações econômicas, políticas e ideológicas postas pelo sistema capitalista. De acordo com Freitag (1987, p.17) “[...] o Estado moderno é interpretado por Offe como sendo a instância encarregada da defesa dos interesses do capital global [grifo da autora]”.

Nessa conjuntura, o Estado assume diferentes configurações políticas e econômicas que respondem aos seus interesses. Em suas diferentes fases esteve presente a lógica de manutenção do capital e do reforço das desigualdades sociais. Para atender aos interesses do capital o Estado passa a incorporar as perspectiva que o momento histórico lhe impõe. Assim foi com a grande depressão da economia mundial, em 1929 □ exemplo clássico da crise do capitalismo. Cenário que fluíram grandes conflitos e tensões capazes de romper a estabilidade da política do capitalismo. Uma vez que um dos princípios da política capitalista de caráter liberal era manter o Estado distante das atividades de produção.



Inspirado nas proposições Keynesianas, o Estado de Bem-Estar Social, significou a representação do regime de acumulação do capitalista que buscou adequar o nível de produção ao nível de consumo de massa, de forma a promover uma intervenção do Estado na economia como alternativa para prevenir a crise do capitalismo. O Estado de Bem-Estar Social consistiu em medidas que alguns países, especialmente, Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Estados Unidos adotaram estendendo alguns direitos sociais aos trabalhadores, principalmente nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, seguridade social. Mas essa estratégia de intervenção do Estado na economia não respondeu às necessidades historicamente consolidadas pelo capitalismo. Fundamentando-se nessa perspectiva, o capitalismo passou a exercer uma pseudo política de inclusão dos trabalhadores.

Ocorridas às transformações no campo econômico, político e social, provocadas pela ascensão do Estado de Bem-Estar Social, essas ideias e medidas vivenciaram, a partir da década de 70 do século XX, uma crise de sustentação. Após essa crise, a nova configuração assumida pelo capital se sustentou pela construção de um Estado Mínimo diante das questões sociais, políticas e econômicas. É nesse cenário que surgem as configurações do ideário neoliberal que se apresenta como a alternativa para a crise política e econômica vivenciada na década de 1970. Nesse contexto, o Estado de Bem-Estar Social entra em colapso e a filosofia neoliberal ganha força ancorada nos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra. O neoliberalismo combina com o conservadorismo, no plano cultural, e com o autoritarismo, no plano político. É sob essa lógica que o Estado passa a exercer suas políticas econômicas, educacionais e sociais na década de 1980 que progressivamente foi se consolidando na década de 1990.

Com a crise capitalista, da década de 1970, sob as características de altas taxas de inflação e de baixas taxas de crescimento, as ideias do neoliberalismo ganham força. Nessa perspectiva, ganha força o discurso de um Estado forte para conter os movimentos sindicais e sociais, mas fraco diante das intervenções na economia, sob o argumento de: promover disciplina orçamentária; política de contenção dos gastos públicos com bem-estar; restaurar a taxa de desemprego; e reduzir os impostos sobre os rendimentos e rendas mais altos (ARAÚJO, 2007).



A organização social pautada nos interesses do capitalismo conduz aos acentuados índices de desigualdade, visto que uma das características mais marcantes do capitalismo é a segregação social e a manutenção da sociedade de classes. Esse novo paradigma de organização política, econômica e social, sustentado na definição de um Estado mínimo, descomprometido das políticas sociais, reafirma os princípios liberais de sociedade.

Nesse sentido,

[...] o projeto neoliberal realiza, reafirma e supera princípios do liberalismo clássico no sentido de conservar, manter e ampliar as relações sociais capitalistas de produção do nosso mundo e de nossas vidas. Relações estas fundadas na exploração do trabalho e que mostram, hoje, a face da exclusão social de pessoas e povos inteiros do processo de globalização do capital (Ibid, p. 192).

Deste modo, o neoliberalismo produziu um sistema de organização social, político e cultural que, no campo da educação, se tornou um projeto hegemônico. Para Melo (2007), as relações entre o liberalismo e a educação se estabelecem a partir da análise e crítica do projeto neoliberal e de suas influências no modelo de organização da sociedade e da educação.

Assim, o neoliberalismo surgiu como uma doutrina para justificar uma nova ordem de perspectiva econômica e política do Estado moderno, uma concepção de livre produção do capital em oposição ao momento anterior, em que o Estado social se firmou como regulador das políticas econômicas. Para isso, apresentou como postulados o desenvolvimento do capital e a manutenção da sociedade capitalista. Além disso, propõe-se a cumprir objetivos que reestruturam o capital e a ordem da sociedade capitalista, no entanto, enfrenta algumas contradições importantes.

Com isso, o capital assume o caráter que o tempo histórico lhe impõe, atravessa o tempo, modifica a estrutura social e a própria existência do capitalismo². Há, então um processo metabólico do capital, da organização do trabalho, em que a realidade social vai se redefinindo ou reconfigurando. Neste cenário, “[...] a natureza

² Para Hayek, o capitalismo seria como que uma consequência direta do surgimento do sistema de trocas em uma fase mais primitiva da história humana, e teria se ampliado e reproduzido, criando o sistema de mercado como hoje o conhecemos. Esse é o sentido da expressão com o qual Hayek conceitua o próprio capital: uma “ordem ampliada”, a própria condição humana ampliada, estendida espontaneamente a partir da criação de um mercado expandido e eternizado historicamente. (MELO, 2007, p.199).



real e atual do capital não deve ser confundida com sua origem mais primitiva – o que é justamente um dos argumentos que fundamentam a discussão de Hayek sobre o capitalismo” (MELO, 2007, p. 199).

III - O SENTIDO DO PÚBLICO E DO PRIVADO A PARTIR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO

No Brasil, a Reforma do Estado formulada por Bresser Pereira, no governo de FHC teve como fator principal estabelecer metas para cumprir as exigências apresentadas pelos organismos internacionais, entre elas: liberação comercial; programa de privatizações e a estabilização do Plano Real. Esse conjunto de medidas foi intitulado de Plano Diretor da Reforma Gerencial do Estado. Os objetivos da Reforma de Estado, segundo Bresser Pereira (1997, p. 18-19) consistiam:

“publicização” (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal os serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta);

(b) Na redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional;

(c) No aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução;

(d) No aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta.

A Reforma do Estado brasileiro do governo de Fernando Henrique Cardoso segue, de forma implícita ou explícita uma gama de diretrizes neoliberais, dentre elas podemos destacar o controle do Estado em seus gastos com pessoal, com receitas e despesas em todos os setores. É nesse contexto que se afirmam as políticas de focalização das políticas públicas.



É particularmente a partir da década de 1990, com a reforma do Estado, que a relação entre o público/privado sofre mudanças. A crise vivida pelo capital suscitou, nesse contexto, novas estratégias de superação, a saber: explosão da globalização de mercado, a definição do neoliberalismo como estratégia política e econômica, a reestruturação produtiva e a Terceira Via são alguns exemplos de alternativas à crise estrutural global do capital.

Com isso, o capital assume o caráter que o tempo histórico lhe impõe, atravessa o tempo, modifica a estrutura social e a própria existência do capitalismo. Há, então um processo sócio metabólico do capital, da organização do trabalho, em que a realidade social vai se redefinindo ou reconfigurando.

Mészáros (2009) diz que não se pode negar a profunda crise vivida pelo capital nestes tempos mais recentes e que algo de novo foi acrescentado à crise global estrutural do capital, na qual se observa um colapso das “válvulas de segurança” (dentre elas a nosso ver a proteção social) indispensável na permanência da “sociedade de mercado”

Outra discussão presente nesse cenário e que foi importante para redefinir o papel do Estado foi de que a crise fiscal é parte do movimento de crise do capital e não causadora da crise do capital como diagnosticado pelo neoliberalismo e pela Terceira Via. Como justificativa de que a crise estava no Estado e não no capital, o governo brasileiro apresentou a Reforma do Aparelho do Estado elaborado pelo MARE,

Entre os seus teórico e criadores destacamos Bresser Pereira (1997, p.12) ao sustentar que a origem da crise está no Estado e não no capital. Para ele:

A crise do Estado a que estou me referindo não é um conceito vago. Pelo contrário, tem um sentido muito específico. O Estado entra em crise fiscal, perde em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo que vê sua capacidade de gerar poupança forçada a diminuir, senão a desaparecer, à medida que a poupança pública, que era positiva, vai se tornando negativa. Em consequência, a capacidade de intervenção do Estado diminui dramaticamente. O Estado se imobiliza.

Há um consenso entre os teóricos que defendem a Terceira Via com os neoliberais de que a crise está no Estado, por isso não é uma crise do capital. Para os defensores dessa perspectiva o Estado efetivou gastos excessivos com políticas



sociais e esse descontrole econômico provocou a crise fiscal. A diferença de pensamento das duas concepções se dá pela estratégia de superação da crise adotada: para os neoliberais a saída da crise se dá pela privatização enquanto que para os teórico da Terceira Via a solução está no Terceiro Setor.

Nessa perspectiva, o Terceiro Setor subtrai da sociedade civil uma característica que a ela é inerente, a de espaço público historicamente consolidado pelas lutas sociais. Assim, o Terceiro Setor se configura como um espaço que agrega organizações de atividades formais e informais, com ações voluntárias e individuais, formado por entidades que apresentam interesse político e econômico (MONTAÑO, 2005).

Nesse sentido, o Terceiro Setor estabelece significativas mudanças nas políticas sociais ao transferir a responsabilidade das questões sociais que, em essência são questões do Estado, para a sociedade civil. Esse processo resulta na diminuição da responsabilidade do estado na oferta de políticas sociais universais e prima por uma estratégia de políticas focalizadas a determinados grupos. Soma-se a essas questões o princípio da descentralização administrativa tornando as políticas cada vez mais precarizadas, por se considerar que de imediato se transfere as responsabilidades e competências sem os recursos necessários para execução (MONTAÑO, 2005).

O Terceiro Setor materializa a relação entre público/privado por ser uma estratégia de afirmação de reconfiguração do estado capitalista. Para Peroni (2006, p. 12): “com o público não-estatal a propriedade é redefinida, deixa de ser estatal e passa a ser pública de direito privado”. As políticas sociais passam a ser executadas pelo público não-estatal através de duas concepções: do público que passa a ser de direito privado ou quando o Estado estabelece parcerias com instituições do Terceiro Setor.

IV – CONSIDERAÇÕES

As muitas configurações que o Estado assume com o propósito de manter e proteger o capital se imbricam na dinâmica da política de educação que por sua vez através dos processos ideológicos conduzem a ordem política, social e econômica.



Por isso, é necessário considerar as configurações do estado brasileiro no capitalismo e suas muitas formas de manutenção do capital através de políticas de equidade social em todos os segmentos sócias e de inúmeros marcos regulatórios que demarcam a legalidade dessas políticas.

As análises realizadas neste trabalho nos revelam alguns indicadores que demonstram a política estabelecida para a educação, especialmente a partir da década de 1990 com a reforma do Aparelho do Estado e a institucionalização das parcerias público-privadas através de marcos regulatórios e da inserção dessas parcerias como políticas públicas de Estado.

A relação entre o público e o privado na educação brasileira tem origens históricas, porém é na década de 1990 que ela ganha contornos refinados da política neoliberal. A forma de sua manifestação é que variou de acordo com o tempo e a época. O embate entre os partidários da educação pública e os da educação privada no Brasil remonta outros momentos da história e das políticas educativas no Brasil. Essa relação se sustenta pelos vínculos de um Estado patrimonial, cuja feição tem cumprido um papel de destaque enquanto política de equidade social e não se constituindo, efetivamente, como um direito social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raimundo Luiz Silva. Financiamento da educação básica no governo Lula: elementos de ruptura e de continuidade com as políticas do governo FHC. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

FREITAG, Barbara. Política educacional e indústria cultural. São Paulo: Cortez, 1987. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v.26).

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 3. Edição e tradução – Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELO, Adriana A. S. de. O projeto neoliberal e sociedade e de educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (orgs.). Liberalismo e educação em debate. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. Cap. 7, p. 185-204.



MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. Tradução de Francisco Raul Cornejo. Boitempo, São Paulo: 2009.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção estatal. São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, Lúcia M. W. (org.). Educação e política n limiar do séc. XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

PERONI, Vera M. Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.